

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INQUÉRITO CIVIL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUIZ CORREGEDOR DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS PARA MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS URGENTES. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 5., X E XII, 37, 127 E 129, III. LC 70/93. LEI 4.595/64 (ART. 38). LEI 7.347/85. LEI 4.728/65 (ART. 4., PAR. 2.) E LEI 8.625/93 (ARTS. 25 E 26).**

1. A PARLA DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL, AMPLIOU-SE O ÂMBITO DE ATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA REALIZAR ATIVIDADES INVESTIGATÓRIAS, FICANDO ALICERÇADA A SUA LEGITIMAÇÃO PARA PROMOVER O INQUÉRITO E AÇÃO CIVIL PÚBLICA (C.F., ARTS. 127 E 129, III, - LEI 7.347/85, ARTS. 1. E 5.).

**2. O SIGILO BANCÁRIO NÃO É UM DIREITO ABSOLUTO, QUANDO DEMONSTRADAS FUNDADAS RAZÕES, PODENDO SER DESVENDADO POR REQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM MEDIDAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INQUÉRITOS E AÇÕES, MEDIANTE REQUISIÇÃO SUBMETIDA AO PODER JUDICIÁRIO.**

3. A "QUEBRA DO SIGILO" COMPATIBILIZA-SE COM A NORMA INSCRITA NO ART. 5º., X E XII, C.F., CÔNSONO JURISPRUDÊNCIA DO STF.

**4. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NÃO PREVALECE NO CURSO DAS INVESTIGAÇÕES PREPARATÓRIAS ENCETADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (RE 136.239 AG.REG. EM INQUÉRITO N. 897 - DJU DE 24.03.95).**

5. NO CASO CONCRETO DO JUIZ CORREGEDOR DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS - TJSP, EXERCENDO COMPETÊNCIA DIFUSA, PODE DECIDIR PEDIDOS DE REQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, APARELHANDO A DEMONSTRAÇÃO DE ILÍCITOS PRENUNCIADOS E FAVORECENDO A COLETA DE RELEVANTES E URGENTES ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO.

6. RECURSO IMPROVIDOS.

**CRIMINAL. RHC. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. LEGALIDADE DA SOLICITAÇÃO, QUE PODE SER DIRIGIDA A QUALQUER DOS PODERES. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. IMPROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE ORDEM IMINENTE DE PRISÃO. LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.**

I. Não há ilegalidade nos atos investigatórios realizados pelo Ministério Público, que pode requisitar informações e documentos a fim de instruir seus procedimentos administrativos, visando a eventual oferecimento de denúncia, havendo previsão constitucional e legal para tanto.

**II. Improcede a alegação de que os Poderes Executivo e Legislativo não estariam obrigados a atender a requisições ministeriais, pois pode ser destinatário da requisição qualquer órgão da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes Públicos.**

**III. Não se pode aceitar a verdadeira pretensão, da paciente, de se atribuir o direito de escolher o tipo de documentação que deva remeter ao Ministério Público, sob pena de inconcebível inversão de valores e de situações.**

IV. É descabido o pretendido reconhecimento de ameaça à liberdade de locomoção, se não há ordem iminente de prisão, mas, ao revés, evidencia-se a mera advertência genérica – prevista em lei – para o caso de ser obstaculizada a investigação afeta ao Ministério Público proceder, o que não pode ser considerado, de plano, ilegal.

III. Recurso desprovido.

RHC 12.359/MG – 5ª Turma, rel. min. Gilson Dipp – DJU de 1º.07.2002, p. 355

**CRIMINAL. RHC. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. RHC ANTERIOR, COM TAIS ALEGAÇÕES, JÁ JULGADO POR ESTA TURMA. MERA REITERAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "DADOS TÉCNICOS". AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA DE PLANO. IMPROPRIEDADE DO *WRIT* PARA APROFUNDADO EXAME DA ATIPICIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Tratando-se de alegações idênticas às formuladas em RHC anterior já julgado por esta Turma, configura-se a inadmissível reiteração, razão pela qual não se conhece das questões relativas à possibilidade de **requisição**, pelo *Parquet*, de documentos ao Poder Legislativo e de que a paciente não teria descumprido as solicitações do Ministério Público, pois apenas teria deixado de encaminhar informações que não diriam respeito aos fatos investigados.

**A expressão "dados técnicos" se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.**

**Os documentos e informações requeridas pelo *Parquet* estão inseridos no conceito de "dados técnicos", pois dizem respeito, tão-somente, aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP.**

A falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, de pronto, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, hipóteses não verificadas *in casu*.

O *writ* não se presta para o trancamento de feito por falta de justa causa, se, para análise da alegação, é necessário aprofundado exame acerca da atipicidade.

Recurso parcialmente conhecido e desprovido.